

## **CONTRATO Nº 008/2020**

Processo nº: 01.20.668

Contratação de empresa para prestar, mediante informador jurídico (assinatura digital), o serviço de pesquisa, leitura, processamento, seleção e entrega de publicações relacionadas a processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos em que a PBH Ativos S/A é parte ou interessada, que celebram a **PBH ATIVOS** e a empresa **INFORMADOR FÁCIL LTDA.**

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 ó 12º Andar ó Savassi ó Belo Horizonte / MG ó CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **INFORMADOR FÁCIL LTDA.-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.222.197/0001-27, estabelecida à Rua dos Tamarindos, 54 ó sala 05, bairro Eldorado, Contagem/MG, CEP: 32.310-550, representada por seu sócio/administrador, Renato Vinícius Magalhães Carvalhaes, portador da CI- M-5.585.873 e CPF: 851.258.226-04, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº 004/2020 , processo administrativo nº 01.20.668, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: pessoa jurídica signatária do presente CONTRATO, na condição de prestadora dos SERVIÇOS;
- II. **CONTRATANTE**: PBH Ativos S.A. na qualidade de tomadora dos SERVIÇOS e signatária do presente CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: o presente instrumento de contrato, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **DOM**: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- V. **PREPOSTOS**: representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA na execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;
- VI. **RILC**: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 007/2019, e disponível no sítio eletrônico da Companhia, cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;
- VII. **SERVIÇOS**: designa o conjunto de serviços e demais atividades que integram o objeto do CONTRATO, conforme especificações do presente instrumento, em especial da cláusula segunda e do Anexo I;

VIII. TERMO DE REFERÊNCIA ou TR: Termo de Referência da contratação direta da Dispensa nº: 004/2020, correspondente ao processo administrativo nº 01.20.668 que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS**

**1.1.** Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para prestar, mediante informador jurídico (assinatura digital), o serviço de pesquisa, leitura, processamento, seleção e entrega de publicações relacionadas a processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos em que a PBH Ativos S/A é parte ou interessada, nos termos deste contrato e respectivo anexo.

**2.2.** Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I- Termo de Referência, independentemente de sua transcrição completa;
- II. Proposta da Contratada

**2.2.1.** Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos anexos e as do corpo do CONTRATO, prevalecerão as regras deste.

## **CLÁUSULA TERCEIRA 6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**3.1.** Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo RILC-Regulamento Interno de Licitações e Contratos, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

## **CLÁUSULA QUARTA 6 DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**4.1.** O período de vigência deste CONTRATO será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

**4.2.** Os prazos de vigência ou de execução poderão ser alterados nos limites da legislação e das normas internas da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA QUINTA 6 DO REGIME DE EXECUÇÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**5.1.** Os SERVIÇOS serão executados, sem exclusividade, pelo regime de empreitada por preço global, competindo à contratada dimensionar e alocar todos os recursos e insumos necessários para a concessão do escopo.

**5.1.1.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**5.2.** Os SERVIÇOS serão prestados conforme especificações do Anexo I deste contrato, e seu recebimento será realizado na forma do art. 121 do RILC, admitindo-se a incidência excepcional do art. 123, na forma do art. 128 do RILC e observado o seguinte:

**5.2.1.** Eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos.

**5.3.** Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**5.4.** Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa II da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

**5.5.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

**6.1.** Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais) para o período de 12 meses, conforme proposta da CONTRATADA, Anexo II deste CONTRATO.

**6.2.** O valor constante do *caput* constitui o único montante devido à CONTRATADA em função da execução do CONTRATO, estando nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução da avença, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas comerciais, taxas de administração, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do CONTRATO.

**6.2.1.** A CONTRATADA poderá aceitar o aumento ou a redução do objeto pactuado, nos termos do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/16, sendo aplicado, para fins de ajuste dos valores contratuais, os valores unitários constantes da Proposta Comercial da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SÉTIMA 6 DA FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA.

**7.2.** O documento fiscal deverá ser atestado pelo Fiscal do Contrato, após conferência de sua regularidade.

**7.3.** A vencedora deverá emitir nota fiscal, quando ocorrer o serviço, conforme legislação vigente e entrega-la até 1 (um) dia após sua emissão.

**74.** Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços e o período de sua execução, ou seja, para 12 meses.

**7.4.1.** No caso de irregularidades na Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos que devem acompanhá-la, o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação devidamente regularizada.

**7.5.** A CONTRATANTE poderá reter da remuneração devida à CONTRATADA o montante necessário para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

**7.5.1.** A retenção realizada na forma do *caput* não desobriga a CONTRATADA do regular cumprimento do CONTRATO, em especial da prestação do serviço, bem como de corrigir eventuais irregularidades.

## **CLÁUSULA OITAVA 6 DO RECURSO FINANCEIRO**

**8.1.** O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

## **CLÁUSULA NONA 6 DO REAJUSTE**

**9.1.** Desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data de início da vigência, os valores previstos neste CONTRATO serão reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

**9.2.** No caso de reajuste de valores devidos à CONTRATADA, caberá a esta solicitá-lo, devendo o requerimento ser apresentado juntamente com a justificativa e demonstração analítica dos valores requeridos.

**9.3.** Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I;
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016;
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação;
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;

- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
  - VI. Manter uma Central de Atendimento e esta deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;
  - VII. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;
  - VIII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.
  - IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
  - X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.
- 10.2.** É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 10.3.** A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, solicitação da CONTRATANTE decorrente de correção do serviço que se fizerem necessárias.
- 10.4.** A CONTRATANTE poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO;
- 10.5.** A CONTRATADA deverá disponibilizar e indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios, se necessários e participar de reuniões com a CONTRATANTE;
- 10.6.** É obrigação da CONTRATADA arcar com os custos relativos ao transporte, a estadia e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto da Dispensa de licitação.
- 10.7.** A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.
- 10.8.** Compete ainda à CONTRATADA alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos SERVIÇOS, devendo:
- I. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- a) Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
  - b) Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
  - c) Participar das reuniões;
  - d) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;
- II. Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;
- III. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros;
- IV. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- V. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;
- VII. Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial,, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **11.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos PREPOSTOS da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos SERVIÇOS, conforme horários acordados;
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens, ou ser prejudicial à saúde dos empregados;

- V. Receber provisoriamente e, após, definitivamente, os SERVIÇOS que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas;
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos SERVIÇOS, observados eventuais descontos devidos;
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com os SERVIÇOS;
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA 6 DOS LIMITES DA SUBCONTRATAÇÃO, À CESSÃO DO CONTRATO E DE SUAS OBRIGAÇÕES**

- 12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.
- 12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.
- 12.3. A CONTRATADA não poderá:
  - I. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
  - II. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA 6 DO SIGILO**

- 13.1. A CONTRATADA obriga-se a manter o sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.
- 13.2. A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA 6 DA CONDUTA E INTEGRIDADE**

- 14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS -<http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA 6 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

**15.1.** Nos procedimentos de contratação realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

**15.2.** A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a Dispensa de Valor e execução do CONTRATOS Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - prática corrupta significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - prática fraudulenta significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - prática conspiratória significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - prática coercitiva significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - prática obstrutiva significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa

ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

**15.3.** A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE**

**16.1.** A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada nos termos do Decreto Municipal Nº 15.185 de 04 de abril de 2013 e alterações.

**16.2.** A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor Presidente da CONTRATANTE.

**16.3.** A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE.

**16.4.** A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA 6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**17.1.** A prática de atos ilícitos ou o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do CONTRATO, pela CONTRATADA implicará nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

**17.2. Da advertência:** A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual a CONTRATADA é advertida sobre o descumprimento de obrigação legal ou contratual, ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

**17.3. Da multa:** O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos SERVIÇOS, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;

II. multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do CONTRATO, nos casos de:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos pela legislação ou pelo CONTRATO, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) não devolver, no prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- e) alocar PREPOSTO que não atenda às especificações do CONTRATO ou da legislação;
- f) deixar de pagar, nos prazos exigíveis, a remuneração, despesas, tributos e encargos de qualquer natureza devidos aos seus PREPOSTOS;
- g) permitir ou tolerar que os SERVIÇOS sejam executados em condições que possam gerar danos aos seus PREPOSTOS, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- h) descumprir preceito normativo pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- i) não apresentar documentos e informações requeridos pela CONTRATANTE, que sejam devidos na forma do CONTRATO;

III. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO na hipótese de constatação da inconformidade dos SERVIÇOS ou dos produtos e resultados com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou da constatação da existência de vício, irregularidade ou defeito oculto que os tornem impróprios para o fim a que se destinam;

IV. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de a CONTRATADA dar causa à rescisão do CONTRATO.

**17.3.1.** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas no CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

**17.3.2.** Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**17.3.3.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

**17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.**

**17.4.1.** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no CONTRATO e das demais cominações legais.

## **17.5. Dos procedimentos**

**17.5.1.** Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação da CONTRATADA, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento ó AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

**17.5.2.** O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no DOM.

**17.5.3.** Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

**17.5.4.** Compete à Diretoria Executiva:

I. julgar as defesas prévias;

II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

**17.6.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do CONTRATO.

**17.7.** No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

**17.7.1.** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. Adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** O CONTRATO poderá ser extinto:

I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. pelo término do seu prazo de vigência;

III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

**18.2.** A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
  - a) atrasos injustificados;
  - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
  - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
  - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
  - e) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - f) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
  - g) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
  - h) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância justificadas e exaradas no processo interno;
  - i) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
  - j) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
  - k) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
  - l) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.3.** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

**18.4.** A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará a retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

**19.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

**20.2.** A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

**20.3.** A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

**20.4.** A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

**21.1.** A publicação do extrato do presente CONTRATO no Diário Oficial Municipal correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO**

**22.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2020

Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage  
**DIRETORA EXECUTIVA**  
**PBH ATIVOS S/A**

Pedro Meneguetti  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**PBH ATIVOS S/A**

Renato Vinícius Magalhães Carvalhaes  
**SÓCIO/ADMINISTRADOR**  
**INFORMADOR FÁCIL LTDA-EPP**

### **Testemunhas:**

1)- \_\_\_\_\_ 2)- \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

## **ANEXO I ó DESCRIÇÃO DO SERVIÇO ( Anexo I do TR)**

**1.** O informador jurídico (assinatura digital), deverá prestar o serviço de pesquisa, leitura, processamento, seleção e entrega de publicações relacionadas a processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos em que a PBH Ativos S/A é parte ou interessada. O SERVIÇO deverá ser prestado de forma continuada e proporcionar:

**1.1.** Evitar ou pelo menos reduzir ao máximo possível o risco da perda de prazos processuais.

**1.1.1.** Acesso por via de internet, devendo as informações serem encaminhadas para o e-mail de cada usuário cadastrado. Os e-mails serão fornecidos à Contratada quando da formalização do contrato.

**1.2.** O SERVIÇO deverá incluir a pesquisa completa dos processos judiciais, extrajudiciais, consultivos e administrativos da PBH Ativos S/A, em todos os órgãos, fases e instâncias, bem como a vinculação de processos entre si, em banco de dados único.

**1.3.** Os recortes eletrônicos das publicações deverão buscar o nome da Companhia (õPBH Ativos S/Aõ), incluindo suas variações, e o nome de todos os seus procuradores, atuais ou futuros.

**1.4.** As informações jurídicas, extrajurídicas, administrativas e consultivas deverão ser pesquisadas junto a todos os tribunais nacionais, em especial: Supremo Tribunal Federal (STF); Superior Tribunal de Justiça (STJ); Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG); Justiça Federal da 1ª Região; Tribunal Superior do Trabalho (TST); Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3); Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF ó 1ª Região); Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG); Tribunal de Contas da União (TCU); Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG (CMBH).

**1.5.** O informador jurídico deverá registrar todas as ocorrências e dados que incidem em um processo judicial.

**1.6.** O envio, por e-mail, dos recortes eletrônicos à CONTRATANTE, deverá ser feito em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após a publicação, ocorridas nos Diários acima indicados.

**1.7.** Para todas as referências deverá ser observado o horário de Brasília/DF como o oficial e os prazos serão computados em dias e horas úteis.

**1.8.** A entrega das publicações deverá vir com destaque em negrito dos parâmetros de busca na publicação.

**1.9.** É obrigatória a revisão diária da triagem eletrônica das intimações, bem como a eliminação das publicações repetidas quando do encaminhamento em formato eletrônico (web/e-mail).

**1.10.** A empresa contratada deverá prestar suporte técnico por meio telefônico e e-mail de segunda a sexta-feira em horário comercial.

**1.11.** Todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço, inclusive as despesas pertinentes ao envio de e-mail, são de responsabilidades da empresa contratada.

**1.12.** A empresa contratada deverá disponibilizar na própria página da internet, em arquivo eletrônico (digital) organizado, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, todas as publicações

entregues à PBH Ativos S/A, de modo que Companhia possa ter acesso 24 (vinte e quatro) horas por dia às publicações realizadas.

1.12.1. A empresa contratada deverá disponibilizar senha e login de acesso ilimitado durante a vigência do contrato para cada usuário.

1.12.2. Os arquivos deverão ser apenas para visualização e impressão, não podendo ser alterados e/ou excluídos pela PBH Ativos S/A através de seus usuários.

**1.13. Falhas e Retificações:** Sempre que apuradas omissão, falha ou atraso, a contratada deverá encaminhar à PBH Ativos S/A, em até 24 (vinte e quatro) horas da disponibilização da publicação um aviso de retificação com a nova relação das intimações, destacando aquelas que forem acrescentadas na retificação.

**1.14. A CONTRATADA** deverá iniciar os serviços a partir da data de assinatura do contrato.

**ANEXO II 6 PROPOSTA DA CONTRATADA**

**if** informador fácil®

Contagem, 22 de junho de 2020

Ref.: Fornecimento de Informador Eletrônico – Informador Fácil

Prezados,

Tal como ficou combinado, estamos encaminhando nossa proposta.

**Informador Fácil Ltda Epp.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob número 05.222.197/0001-27, estabelecida a Rua dos Tamarindos, 54 Sala 05 – Eldorado – Contagem/MG, CEP 32.310-550, telefone (31) 3286-2225; Insc. Est.: 001937388.00-63

**Serviços Prestados:**

O Informador Fácil acompanha os andamentos processuais publicados nos diários eletrônicos oficiais contratados, onde conste(m) o(s) nome(s) do(s) contratante(s).

**Estrutura oferecida:**

Dispomos de *site* próprio para armazenamento das informações, onde cada usuário terá *login* e *senha* para acesso.

**Envio das publicações:**

Salvo em situações adversas, o envio das publicações é realizado no dia da sua publicação.

**Seguro de Responsabilidade Civil:**

O seguro será acionado caso ocorra algum dano de responsabilidade do Informador Fácil mediante a comprovação

**Valores para cobertura e leitura de nomes desta proposta:**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR PARA 12 MESES
01	Prestação dos serviços de pesquisa, leitura, processamento, seleção e entrega de publicações relacionadas a processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos nos quais a PBH Ativos S/A é parte ou interessada em trâmite nos órgãos oficiais, em formato eletrônico, serviço também conhecido como "informador jurídico". O acompanhamento deverá ser realizando para 01 Pessoa Jurídica e 04 Pessoas Físicas nos Diários Oficiais de Minas Gerais.	R\$ 49,50	R\$ 594,00

Valor Total: Quinhentos e Noventa e Quatro Reais

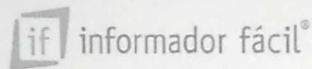
\* Todos contemplam o acompanhamento dos Tribunais Superiores.

**Cobertura:**

**if** informador fácil®

Minas Gerais	Diário da Justiça Federal de Minas Gerais
	Diário de Publicações de Terceiros e Editais de Comarcas*
	Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
	Diário do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
	Diário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais
	Diário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Caderno Administrativo
	Diário do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais
	Diário do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (3ª Região)
	Diário do Executivo de Minas Gerais*
	Diário Oficial do Ministério Público de Minas Gerais*
	Diário do Legislativo de Minas Gerais*
	Diário Oficial do Município de Belo Horizonte - Minas Gerais*
	Diário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Caderno de Editais
	Diário Oficial dos Municípios Mineiros*
	Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais
	Diário do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (3ª Região) - Administrativo*
Tribunais Superiores	Diário do Supremo Tribunal Federal
	Diário do Superior Tribunal de Justiça
	Diário do Superior Tribunal Militar
	Diário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
	Diário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região
	Diário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região*
	Diário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região*
	Diário do Tribunal Superior Eleitoral
	Diário do Tribunal Superior do Trabalho
	Diário do Conselho Nacional de Justiça
	Diário do Conselho da Justiça Federal*
	Diário do Conselho Nacional do Ministério Público*
	Diário do Tribunal de Contas da União*
	Diário Oficial da União
	Diário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Caderno Administrativo*
	Diário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Caderno Judicial
	Diário do Conselho Superior da Justiça de Trabalho - Caderno Administrativo*
	Diário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Caderno de Editais
	Diário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - PJe*
	Diário do Tribunal Regional Federal da 5ª região - Caderno Administrativo*
	Diário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Caderno Administrativo*
	Diário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - PJE 1º e 2º grau
	Diário do Conselho Nacional do Ministério Público - Administrativo*
	Diário do Tribunal Superior do Trabalho - ADM*
	Diário Eletrônico Ordem dos Advogados do Brasil

OBS: \* Acompanhamento realizado mediante prévia solicitação sem custo adicional.

**Considerações:**

Os horários de envio das publicações dependem da liberação do(s) diário(s) contratado.

As informações somente são enviadas através de e-mail.

Caso julgue necessário oferecemos um período experimental de 15 (quinze) dias para conhecerem melhor nossos serviços.

Acompanhamos os diários eletrônicos dos vinte e seis Estados brasileiros, mais o Distrito Federal. Solicite-nos uma proposta.

**Ferramentas Facilitadoras:**

Dispomos de ferramentas de última tecnologia, tais como, aplicativo mobile, cadastro de homônimos a serem ignorados, aviso de prazos, personalização de mensagens, módulos de impressão, etc.; disponíveis de acordo com o plano contratado.

**Forma de pagamento:** Boleto ou depósito bancário.

**Início da prestação dos serviços:**

01 (um) dia útil, após aceitação da proposta e recebimento do e-mail de confirmação para os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo e Tribunais Superiores.

02 (dois) dias úteis, após aceitação da proposta e recebimento do e-mail de confirmação para os demais Estados.

**Prazo de validade desta proposta:** 60 (sessenta) dias.

Sem mais, colocamo-nos ao seu inteiro dispor para dirimir quaisquer dúvidas ainda existentes.

Atenciosamente,

Informador Fácil

Fone 31. 3286-2225

E-mail: [lorena.lima@informadorfacil.com.br](mailto:lorena.lima@informadorfacil.com.br)

Site: [www.informadorfacil.com](http://www.informadorfacil.com)